

HISTÓRIA

Na colonização da área correspondente *grosso modo* à do atual Estado de São Paulo concorreram muitos dos fatores responsáveis pela originalidade de sua posição na América lusitana.

Tais fatores só se impõem mais efetivamente, passados os primeiros decênios da ocupação regular do território pelo homem branco. Seja pela língua, seja pela cultura, as parcialidades tupis que lá se acharam identificam-se com as do restante da costa do Brasil. Pouco menos se há de dizer das tribos carijós que lhes são fronteiras no litoral, para o sul de Cananéia. Tais as afinidades entre umas e outras, que aos antropólogos não custa hoje englobá-los numa só família: a dos tupis-guaranis.

Além disso, como em outros lugares da costa, o primeiro estabelecimento português seria formado aqui de náufragos, e é provável que datas-se dos inícios do séc. XVI. Quando em 1530 passou por São Vicente, de volta do Prata, a mada arde Caboto achou na ilha um aglomerado cristão de dez ou doze casas, uma delas telhada, com suas criações de galinhas e porcos.

Entre essa gente andaria certo bacharel degredado, localizado depois em Cananéia, que se dedicava ao tráfico de índios. Ao mesmo negócio entregava-se aparentemente outro português, João Ramalho, que no entanto teria sua morada habitual em cima da serra. O nome de "pôrto dos escravos" associado inicialmente a São Vicente parece apontar para a freqüência de tal atividade. O outro atrativo dessa e de

SÃO PAULO

SBH

Pi 187. cx 06

1/10

Enciclopédia Brasileira.

São Paulo. p.145-54

SB4
Pi 181x06
2/10

outras regiões mais ao sul viria da fama da muita riqueza mineral da banda do sertão. Resultava a fama da jornada do português Aleixo Garcia que, em 1525, tendo partido de Santa Catarina rumo ao noroeste, fôra dar nos contrafortes andinos.

Martim Afonso. Quando, sete anos depois, alcançou São Vicente a armada de Martim Afonso de Sousa, ainda persistiam essas esperanças e aquêles negócios, tanto que o capitão mandou de Cananéia uma leva de 80 homens, terra a dentro, em busca dos metais. A tentativa resultou num malôgro, pois os expedicionários foram mortos pelos índios carijós. De qualquer forma, deve-se a Martim Afonso o comêço da ocupação efetiva dessas partes pelos portugueses, com o estabelecimento de moradores, tanto no litoral vicentino como serra acima. Depois participará, ainda em São Vicente, dos primeiros esforços para a introdução da lavoura de cana.

Ao zêlo que pôs no aproveitamento de tais terras não seria alheio o fato de se ver logo aquinhoadado com elas na divisão do Brasil em capitanias hereditárias, que faria D. João III. Entremeada nessa porção, um lote de dez léguas de testada vai caber, no entanto, a seu irmão Pêro Lopes. Desde então, e até ao séc. XVIII, quando reverterão à Coroa, as áreas correspondentes ao Estado de São Paulo ficarão divididas entre a descendência dos dois primeiros donatários, que as farão administrar através de locotenentes.

O pouco ou nenhum efeito dos trabalhos empreendidos para o descobrimento das minas fêz com que tôdas as atenções se voltassem para a produção agrícola. Contudo, a breve faixa litorânea primeiramente usada com êsse fim dava pouca margem a sua expansão: um viajante de 1585 achou a Ilha de São Vicente já empobrecida, com as terras gastas e faltas de índios que as lavrassem.

No continente, vencidos os mangues e os cubatões quase imprestáveis, alcançava-se o sopé da serra grande. O remédio estaria em galgá-la, ganhando o alto dela, com os seus campos e matos infindos. Assim o entendera desde cedo João Ramalho, que passara a viver ali como um régulo entre os índios e os seus muitos filhos mestiços. Martim Afonso tenta, em 1532, sujeitar aquela gente a alguma figura

de ordem civil. Em 1553 erige-se à borda do campo uma vila sob a invocação de Santo André. Em 1554 fundam os padres da Companhia mais adiante, em Piratininga, um colégio para índios com o nome de São Paulo; origem da vila, mais tarde cidade, dêsse nome.

O que não faltam, a partir daquela bôca de sertão, são terras para conquistar e consumir. Há também índios inumeráveis e mais domésticos do que em outras partes do Brasil. Quando êsses acabam ainda há caminhos sem conta, por onde se levam outros de suas aldeias.

Apesar de tudo não podem os europeus ali instalados obter de imediato os benefícios que rendem as capitanias do norte. Algum ouro sempre há, mas as explorações que se fazem durante todo o séc. XVII só servem para enganar sua esperança. A exploração dos gêneros tropicais, em larga escala, tropeça, por outro lado, em tôda sorte de entraves. O açúcar que se possa cultivar longe dos portos de embarque e que, de ordinário, se conduz em grandes caixas, não encontrará transporte fácil, pelas asperezas da Serra do Paranapiacaba, que não deixam formar-se aqui a economia largamente extrovertida de Pernambuco ou da Bahia.

O Sertão. A grande propriedade torna-se quase inevitável em terras tão abundantes e mal povoadas. Mas grande propriedade não quer dizer necessariamente grande lavoura. A região, de modo geral, é apta às criações e mais ainda ao cultivo de granjearias européias, de sorte que os trigais fazem com que a gente do planalto, em contraste com as outras capitanias, possa dispensar o chamado "pão da terra". Até bem entrado, aliás, o século passado, a mandioca foi ali de escasso consumo. E onde faltasse o trigo, supria-o o milho, que teve sempre largo consumo na culinária paulista.

A outra e mais notável singularidade desta capitania está em que, formando exceção à regra geral da colonização portuguesa, seus núcleos principais de povoamento abrem-se antes para o sertão do que para o mar. Êsse fato, a ausência de uma grande lavoura, com os recursos que esta possibilitaria, embaraça por outro lado a entrada de africanos: nem haveria carga de retôrno suficiente nos barcos que os transportassem. Faltando, assim, as "peças de Guiné" para o mister rural, hão de contentar-se os moradores, até os mais opulentos, com o

SBH
Pi 187exos
4/10

serviço dos índios, do "negro da terra", que tratam de buscar afanosamente.

É sobretudo para a captura de trabalhadores indígenas e de grau bem menor para a busca de metais e gemas preciosas que se faz a expansão paulista para todos os quadrantes do continente. A mobilidade dessa gente vem das próprias dificuldades que encontra para realizar os padrões de vida estável imperantes nas grandes fazendas de cana e tabaco. Acresce que entre os aventureiros que contribuem para dar ao Brasil sua atual silhueta geográfica, uma grande proporção trazia nas veias o sangue dos antigos naturais da terra, tradicionalmente habituados à vida andeja.

Tudo isso faz com que, por longo tempo, os paulistas se achem mal associados ao sistema colonial luso-brasileiro. Afeitos a reger-se segundo as próprias conveniências, mostram-se não raro insubmissos aos agentes da Coroa. Vassa los rebeldes, "mais vassalos pelo nome do que pela obediência": assim os qualifica às vésperas dos grandes descobrimentos de ouro das Gerais, um governador, acrescentando que eles "ainda estão por conquistar". O tom tende a mudar quando, na última década do séc. XVII, começa a patentear-se a importância daqueles achados. Passam agora os paulistas a "briosos, valentes, impacientes da menor injúria, amantíssimos de sua pátria", dignos de ser lisonjeados pelo seu préstimo.

Mineiros e Legionários. Do descobrimento das minas resulta, porém, o despojar-se a terra de grandíssimo número de moradores, atraídos, com suas famílias e haveres, pelas novas riquezas, ao mesmo tempo em que a capitania, abrangendo os descobertos, se transfere afinal para a Coroa. Logo a seguir (1709) instala-se ali governo próprio, separado do Rio de Janeiro, com sede oficial na Vila de São Paulo, elevada em 1711 a cidade.

Menos de nove anos depois, no entanto, irão destacar-se dêsse governo para formar capitania independente, as Minas Gerais, onde, com a crescente avalanche de aventureiros reinóis e de outras origens, nunca fôra dada aos paulistas a fruição tranqüila das jazidas que desvendaram. Nova mutilação ocorre em 1738, quando do Santa Catarina e Rio Grande se separam da jurisdição de São Paulo. As minas de Cuiabá e as de Goiás são, por sua vez, des-

p) c

membradas em 1748. Neste mesmo ano, a capitania é declarada afinal extinta e sujeita ao governo do Rio de Janeiro.

Apesar dêsse abatimento continua a desfalar-se a população de mineiros para as lavras. É, ainda mais, de recrutas para as campanhas do sul, onde se tinham especializado os paulistas em pelejar contra o castelhano. De tais milícias vai sair a Legião de São Paulo que, com êsse nome, terá parte, até 1824, em tôdas as contendas do Rio Grande e da Banda Oriental.

Parece inegável, no entanto, que a larga experiência das terras sulinas, propiciada por essas campanhas, vai favorecer de modo decisivo o incremento de um ramo de negócios que se torna, então, o mais rendoso da capitania. Iniciado em 1738, o comércio de animais, sobretudo muares, que em sua maioria se destinam às minas, faz-se principalmente através de São Paulo, onde seu grande centro distribuidor se localiza em Sorocaba.

A melhoria simultânea do sistema de comunicações dá escoadouros mais amplos à sua produção rural, que recebe nôvo alento depois de restaurar-se, em 1765, a capitania. O próprio trânsito pelo caminho do mar, flagelo de antigos viajantes, merece agora cuidados especiais dos governos: mostra-o a "calçada do Lorena", existente ainda hoje.

Os recrutamentos para as lutas do sul, que prosseguem e se acentuam sob os capitães-generais, não impedem o progresso demográfico. Segundo cifras dos próprios recrutamentos alcançava a população, em 1776, um total de 116.500 almas, que ascenderá a mais de 150.000 à passagem do século, e a mais de 200.000 em 1808. Para a Constituinte de 1823, São Paulo, compreendendo ainda o território do atual Estado do Paraná, já se coloca, numêricamente no quarto lugar entre as representações provinciais, superando-o apenas Minas, Bahia e Pernambuco.

As Lavouras. Durante êsse período do meio século ou menos passara a capitania por fundas transformações: a grande lavoura, quase inexistente outrora, faz-se economicamente compensadora. Aos poucos cobrem-se de canaviais e engenhos o litoral, as várzeas do Tietê e do Paraíba, o caminho de Goiás, no sítio da atual Campinas, suscitando uma paisagem social e

humana inédita nessas partes. José Bonifácio, contemporâneo da transição, que tende a sacrificar alguns dos traços responsáveis pela originalidade de sua província, não deixa de deplorar-lhe conseqüências em representação à assembléia de 1823. "A Província de São Paulo", diz, "antes da criação dos engenhos de açúcar tinha poucos escravos, e todavia crescia anualmente em povoação e agricultura, e sustentava de milho, feijão, farinha, arroz, a muitas outras províncias marítimas e interiores".

É duvidoso, porém, que, só com essa lavoura de mantimentos, tivesse podido, a província, alcançar o potencial econômico e a projeção na vida brasileira que veio alcançar nos anos que imediatamente antecederam e sucederam à emancipação nacional. É notório que a política adotada pelas Côrtes de Lisboa com relação à antiga colônia teve em São Paulo poderoso núcleo de resistência, que logo atrairá outras províncias do centro-sul, fornecendo um esteio para a permanência do príncipe-regente no Rio de Janeiro e um incentivo para a proclamação da Independência, que afinal ocorreria em 1822 na colina do Ipiranga, situada nas vizinhanças de sua capital.

Essa notável atuação de São Paulo em um dos momentos que mais decisivamente hão de vincar os destinos do país, prende-se, de outro lado, à energia, ao saber, à pertinácia de um núcleo de estadistas, ali nascidos ou formados, que vão imprimir novos rumos, não só a sua província como ao Brasil inteiro. Uns poucos nomes, os dos irmãos Andradas — entre eles, sobretudo, o de José Bonifácio, chamado o "Patriarca da Independência" —, o de Diogo Antonio Feijó, o de Paula Sousa, o de Nicolau Vergueiro, bastariam para marcar vivamente a presença paulista no Brasil desde os tempos do primeiro reinado e da regência. A ela deve-se, não obstante poderosas resistências, a instalação em 1827, na capital da província, de um dos dois cursos jurídicos então instalados no Brasil, segundo a primitiva indicação de Fernandes Pinheiro, o futuro Visconde de São Leopoldo, e o projeto firmado por Martim Francisco, ambos naturais de Santos.

Ao mesmo tempo em que a Academia de Direito tendia a converter São Paulo em um dos focos de atividade intelectual do país, prosseguia ali a resistência crescente à reação

monárquica e conservadora que se acentuará a partir de 1837. Um dos frutos dessa resistência esta no malogrado levante liberal de 1842 em Sorocaba. E entre os resultados do movimento pode contar-se a emancipação da velha comarca de Curitiba, que em 1853 vai formar a província, hoje Estado do Paraná.

Café. Por êsse tempo, mais precisamente em 1850, o ano da extinção do tráfico, conseguirá o café ultrapassar o açúcar entre os principais produtos exportados de São Paulo. Enquanto se adquire mais facilmente o braço escravo processa-se sem maiores estorvos a expansão da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba, que tem seu escoadouro natural no Rio de Janeiro. A carência e carestia de prêtos irá aguçar-se. porém, quando transposta Campinas, começam a cultivar-se as partes centrais da província. Uma solução lembrada já em 1822 por Veloso de Oliveira começa a ser praticada no decênio de 1840-50 pelo Senador Vergueiro, na sua fazenda de Ibicada, em Limeira onde se estabelecem, pelo sistema de parceria, imigrantes portugueses e posteriormente alemães e suíços. Mas o bom êxito da tentativa, que seduziu fazendeiros, fôra só aparente. Êste sistema, que por volta de 1860 começa a ser rapidamente abandonado, é uma vaga amostra, e nem sempre convincente, da possibilidade de conciliar-se a grande lavoura com o emprêgo do braço livre.

Essa possibilidade só se verificará largamente a partir da década final da monarquia, com os recursos a trabalhadores assalariados, italianos em sua maior parte, que permite a São Paulo enfrentar sem abalos a Abolição. Se em 1882 registram-se ali só 2.743 imigrantes, e 6.350 em 1885, já em 1887 seu total ascende a 34.710, e em 1888, o ano da Abolição, a 92.000.

Além disso, a extensão rápida da rede ferroviária provincial ajuda a deslocamento dos cafeeis para Oeste. Em 1868 é inaugurada a linha de Santos a Jundiaí. No ano imediato obtém existência legal a Paulista, que, ultrapassando Campinas, chega em 1887 até Rio Claro. A Mogiana, que vai cortar uma faixa excepcionalmente apta à lavoura cafeeira, abrange, em 1888, 531 km de trilhos, e a Sorocabana, pela mesma época, estende-se sobre 222 km.

Duas conseqüências notáveis advêm de tudo isso. "O Brasil é o café, e o café é o prêto": a frase de Silveira Martins, que em 1880 pas-

1167

1172

saria por verdadeira, deixa de sê-lo em 1890 naquelas terras novas. Outras consequência: o Rio, cuja primazia como pôrto exportador mal se deixava disputar em fins do Império, cede êsse lugar a Santos já aos primeiros anos da República. E é só a partir de então que se afirma claramente, com o predomínio econômico, a preeminência política de São Paulo.

Pode-se dizer que, assim como se organizara para acolher a Abolição, a velha província se preparara para aceitar a República. Nenhuma outra se mostrou tão acessível, como ela, à propagação dêsse regime, entre 1870 e 1889. Não admira se, passado o período das presidências militares, coubesse a três paulistas, sucessivamente, a suprema magistratura da nação. E de 1906 até 1930, São Paulo partilhará com Minas, que ainda abrigava o maior eleitorado do Brasil, sua influência na política e administração.

Crescimento Demográfico e Industrial. Nem a revolução de 30, nem o movimento constitucionalista de 1932 eclipsaram a fôrça expansiva do Estado, que agora, principalmente, se manifesta nas mais variadas direções. Nos anos imediatos à revolução é que São Paulo passa do segundo para o primeiro lugar entre as unidades mais populosas da Federação. O crescimento, talvez sem igual no mundo, de sua capital, espelha bem os progressos verificados por êsse tempo. Ao fazer-se a República, a cidade de São Paulo, que no censo de 1872 apresentara apenas 31.385 almas, beirava os 64.934 hab. A partir de então os números elevam-se aos saltos. Para 1894 já se registram 130.000 hab., e dêsse total quase metade é de italianos. Entretanto, ao começar o séc. XX, com suas 240.000 almas, São Paulo ainda não é sério competidor para o Rio, o que não acontece em 1920, quando somou cêrca de 579.033 hab. Mas em 1933, quando chega ao primeiro milhão, já se prepara francamente para transformar-se no maior centro urbano, não só do Brasil — o que conseguirá 20 anos depois — como de tôda a América Latina.

Não se pode pretender que essa espantosa progressão demográfica exprima um quadro límpido, sem sombras, na evolução social e econômica. Nem tudo há de ser harmonioso e coerente onde o crescimento chega a ser avassalador, quase frenético. Nos domínios da inteligência indícios de uma ebulição correspondente

SBH
p. 187
9/10
ex06

fazem-se sentir, por volta de 1916, com a pregação nacionalista da primeira *Revista do Brasil*. E em 1922, com o movimento modernista, São Paulo assume lugar de vanguarda nas Letras e nas Artes. Mas não se pode esperar que um avanço material sem precedentes deixe larga margem às preocupações espirituais. Algumas figuras isoladas mantêm posição altaneira, mas há o perigo de recair o conjunto numa condição secundária e provincial. Procura-se corrigir a situação através de instituições de pesquisa científica, departamentos de cultura, estabelecimentos de ensino superior, sociedades de artistas, que se desenvolvem principalmente nas décadas de 20 e 30. De maior importância é, em 1934, a fundação, com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, marco bem definido de uma fase nova no desenvolvimento intelectual de todo o país.

Quanto ao setor econômico, os sucessos dos últimos decênios tornaram mais complexos os problemas que se oferecem às gerações atuais e às vindouras. Já andam bem longe os tempos em que se podia dizer que São Paulo era o café. Para as ameaças que esse produto vinha sofrendo desde fins do século passado, o Convênio de Taubaté ofereceu em 1906 um remédio de emergência. Contudo a política de valorização trouxe no bôjo fôrças negativas, de desfecho mais ou menos lento.

Cabe notar, de qualquer modo, que a grave crise financeira de 1929, largamente responsável pelo bom êxito da revolução de 30, pôde servir de escarmento aos que mostravam confiança imoderada na sorte da monocultura cafeeira. Ainda que muitos fazendeiros se recuperassem, aos poucos, do momentâneo abatimento, não deixariam, êsses e outros, de admitir as perspectivas que ofereciam outras fontes de riqueza.

Mais impressionante do que o desenvolvimento da lavoura, deve contar-se o dos estabelecimentos fabris. Embora seus inícios possam datar-se do final do séc. XIX, é sobretudo com a guerra de 1914-18 que a industrialização ganha em São Paulo, seu ímpeto decisivo. Em 1920 achavam-se no Estado 29,1% dos operários de indústria do Brasil. Em 1940 elevava-se essa proporção a 34,9%, e em 1950 a 38,6%. Por volta de 1960 a parte de São Paulo na produção industrial de todo o país chegava a mais

SBH
Pa 187 ex 06
10/10

de 48%.

Eloqüentes por si sós, êsses números dariam margem a considerações mais amplas, cujo alcance escapa naturalmente à ambição do presente retrospecto. Éi nevitável pensar-se, no entanto, que essas concentrações de massas altamente urbanizadas e alfabetizadas em tôrno de estabelecimentos fabris de tôda ordem, tendam a dar um cunho inédito e peculiar, para o futuro, à atuação de São Paulo nos diferentes campos da vida nacional, já bem distante dos tempos em que parecia refletir, de modo predominantes, os interêsses da grande propriedade rural.

(S.B.H.)